

Acórdão: 16.187/03/3<sup>a</sup> Rito: Sumário  
Impugnação: 40.010109477-10  
Impugnante: Cafeeira Leonel Ltda  
Proc. S. Passivo: André Luiz de Brito  
PTA/AI: 01.000141315-18  
Inscr. Estadual: 329.460482.00-72  
Origem: DF/São Sebastião do Paraíso

---

**EMENTA**

**EXPORTAÇÃO - DESCARACTERIZAÇÃO - CAFÉ CRU E CAFÉ BENEFICIADO.** Constatada saída de mercadoria destinada à exportação, ao abrigo da não incidência do ICMS, sem contudo comprovar a efetiva exportação da mesma nos moldes previstos na legislação. Legítimas as exigências fiscais de ICMS e MR, nos termos dos §§ 2º a 5º do artigo 7º, da Lei nº 6763/75. Lançamento procedente. Decisão unânime.

---

**RELATÓRIO**

A autuação versa sobre saída de 750 sacas de café cru em grão e 250 sacas de café beneficiado com o fim específico de exportação, ao abrigo da não incidência do ICMS, sem comprovação de sua efetiva realização. Exige-se ICMS e MR.

Inconformada, a Autuada apresenta, tempestivamente e por procurador regularmente constituído, Impugnação às fls. 51 a 56, contra a qual o Fisco se manifesta às fls. 98 a 106.

---

**DECISÃO**

A autuação versa sobre vendas de café, realizadas no período de janeiro / 97 a dezembro / 01, com o fim específico de exportação, abrigadas pelo instituto da não-incidência do ICMS, sem a efetiva comprovação da exportação das mercadorias.

O Fisco descaracterizou a não-incidência do imposto, sob a alegação de não restar comprovada a exportação do café relacionado nas notas fiscais elencadas na planilha de fls. 12.

De fato, conforme relatório do AI, tendo sido intimado diversas vezes a apresentar a documentação probante da efetiva exportação das mercadorias, o Sujeito Passivo não exibiu à Autoridade Lançadora a documentação pertinente e comprobatória, exigida no art. 270 do Anexo IX do RICMS/96.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Oportuno salientar que, segundo a regra inserida no dispositivo regulamentar anteriormente citado, cabe ao remetente da mercadoria entregar até o dia 10 (dez) do segundo mês subsequente ao do embarque da mercadoria, na repartição fazendária de sua circunscrição, cópia reprográfica do Memorando-Exportação e dos respectivos Despachos de Exportação, Registro de Exportação, Conhecimento de Transporte Internacional e Contrato de Câmbio.

Caberia, portanto, à Autuada e não às empresas exportadoras, como quer fazer crer a Impugnante, zelar pelo cumprimento de tal obrigação, mesmo por que, somente através da documentação citada, emitida pelas empresas exportadoras, é que lhe seria possível provar a efetiva exportação das mercadorias objeto da presente autuação.

De notar-se que a Autuada tinha a responsabilidade de acompanhar todo o processo de exportação da mercadoria até por que, nos casos em que não se efetivar a exportação, fica ela (Defendente), na qualidade de remetente do produto, obrigada ao recolhimento do imposto devido, tal como determina o disposto no artigo 266 do Anexo IX do RICMS/96.

Importa assinalar que os documentos trazidos pela Impugnante às fls. 60 / 96 não são suficientes à comprovação da exportação da mercadoria vendida para a Cargil Agrícola S/A mencionada nas notas fiscais n.º 000599 ; 001330 ; 001341 ; 003602 (fl. 13 / 16 / 35 / 44 ), face às seguintes irregularidades: nos documentos de Exportação referentes a NF n. 001341 consta como estado produtor São Paulo e não Minas Gerais e nos documentos referentes a NF n. 003602 , não foi declarado o Estado produtor das mercadorias; a descrição do produto remetido pela Autuada (café cru em grãos) não permite fazer a perfeita correlação com a mercadoria efetivamente exportada, a qual contém diversas especificações (café cru, não descafeinado, em grão, arábica, Cob. 6 para melhor , peneira 17 e abaixo , bebida dura, ou dura-riada , ou ainda , café cru, não descafeinado, grão, arábica, NY ¾, Cob. 4 , peneira bica corrida, bebida dura ).

Da mesma forma, também se mostram insuficientes à comprovação da exportação do café remetido, tendo em vista que os documentos de Exportação entregues não constam os dados das NFs dos estabelecimentos remetentes e os países de destino das mercadorias, faltou a entrega do comprovante de exportação da NF n. 000599 e a NF de Exportação 10148 , referente a NF n. 003602 , além, de que, os memorandos de exportação não foram impressos tipograficamente ; constatou-se também como irregularidade que os destinatários das mercadorias não foram os exportadores das mesmas, bem como a divergência entre a descrição da mercadoria vendida (fl. 13 / 16 / 35 / 44 ) e aquela exportada , confirmando a tese defendida pelo Fisco de que, antes da remessa do produto para o exterior, o mesmo foi submetido a processo de rebeneficiamento, de modo a identificá-lo por peneira, tipo e bebida.

Neste sentido faz-se imperioso observar o disposto no § 3º do art. 7º da Lei n.º 6763/75 que estabelece que a não incidência de que trata o inciso II do referido artigo "somente se aplica à operação de remessa da própria mercadoria a ser exportada

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

posteriormente, no mesmo estado em que se encontre, ressalvado o seu simples acondicionamento ou reacondicionamento".

Assim, qualquer operação que ocorra com fins de alterar as características da mercadoria, antes de sua remessa para o exterior, resulta na perda do incentivo fiscal que a lei reserva às operações de exportação. Caso contrário, estar-se-ia admitindo a evasão de receitas tributárias incidentes em etapas que antecedem a exportação, o que é expressamente vedado pela legislação tributária vigente (§ 5º do art. 7º da Lei n.º 6763/75).

Portanto, tendo em vista a não comprovação da exportação das mercadorias, nos moldes exigidos nos arts. 266 e 270, ambos do Anexo IX do RICMS/96, resta descaracterizada a não incidência do ICMS, sendo, pois, legítimas as exigências fiscais, tais como lançadas.

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Sara Costa Félix Teixeira (Revisora) e Windson Luiz da Silva.

**Sala das Sessões, 07/10/03.**

**Edwaldo Pereira de Salles**  
**Presidente**

**Glemer Cássia Viana Diniz Lobato**  
**Relatora**

GCVDL/EJ